

Cimi divulga cartilha em resposta a denúncia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançaram ontem um livreto de 51 páginas, A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a Igreja e o Brasil. Com ele, pretendem responder às denúncias de O Estado de S. Paulo de que o Cimi procura estabelecer a soberania restrita na Amazônia, manobrando com as terras indígenas e sua exploração mineral.

O panfleto limita-se em grande parte a repetir um artigo já publicado em setembro no próprio jornal, acrescentando apenas uma introdução e algumas conclusões finais. O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, é acusado de estar "legalizando na Assembléia Nacional Constituinte o etnocídio dos povos indígenas no Brasil". Outros constituintes são condenados por defenderem "interesses econômicos que se sobrepõem a qualquer compromisso humanitário".

Segundo a publicação, O Estado promoveu uma "campanha" com o objetivo de "criar condições políticas para o questionamento dos dispositivos-pré constitucionais sobre mineração em terras indígenas". O Cimi e a CNBB reafirmam que a assinatura de A. Brand no documento "Diretriz Brasil nº 4 — ano 6" não foi feita por Antônio Brand. "Portanto, ou foi falsificada, ou se utilizou de assinatura porventura constante em papel em branco, eventualmente subtraída do Cimi." O panfleto reconhece, no entanto, que o perito Antônio Carlos Villanova, que examinou a documentação sobre o caso, afirmou nos laudos que não encontrou indícios de adulteração.

O Cimi e a CNBB afirmam que estão providenciando a publicação de respostas junto a outros jornais que, em maior ou menor grau, reproduziram as matérias veiculadas por O Estado de S. Paulo. Revelam também que estão concluindo o estudo sobre a possibilidade de processar o diretor responsável de O Estado "por crimes contra a honra".

Desafios e perplexidades

MENDES RIBEIRO

"Nada baixa mais o nível de uma conversação do que elevar a voz."
(Mansour Chalhita)

O plenário da Assembléia Nacional Constituinte delibera por maioria absoluta.

Nada, absolutamente nada, se decide sem o número mágico: 280.

Está na convocação. Consta do regimento.

Engraçadíssimo, para não dizer trágico, o partido majoritário negar o óbvio. O PMDB, sem parceria, tem a maioria no Congresso!

Existirá outra forma de resolver no sistema democrático?

Qual a razão misteriosa pela qual os mesmos homens consagrados no discurso contra a prepotência acham razoável, ou patriótica, a atitude insensata de buscar uma Carta feita por meia dúzia?

Fora de senso será toda e qualquer medida adotada contra quem tem maior número no colegiado, bendito, fabricado pelo voto.

Se o PMDB ficasse unido faria, sem coligações, a Carta.

Cumpriria todas as promessas.

Preservaria a Nova República, tristemente esquecida nos palanques. Nas praças. Nas ruas. E, até prova em contrário, enterrada com Tancredo Neves.

Submeteria ao voto as idéias. Honraria a expectativa.

Tiraria o País da angústia da espera.

Calaria as vozes ridicularizadas na repetição irritante, chorando pseudo-heranças. Se erros do passado são trazidos para respal-

dar falhas, omissões, negligências, conchavos, falta de respeito a autoridade, por que nada, absolutamente nada, foi ou está sendo feito para modificar, quando mais não seja, o marasmo, a camisa-de-força, o engessamento a que está sendo submetido nosso pobre país?

Há desafios no ar. Respondam os iluminados questionadores da maioria:

— Quantos dos apontados em todas as manchetes foram punidos?

— Parou a onda de empreguismo?

— Mudou a política do compadresco?

— Os pobres estão menos pobres?

— Alguém já ouviu falar em redistribuição de riqueza?

Os aposentados receberam tratamento digno?

— A educação avançou?

— A assistência médica existe?

— O Judiciário funciona?

Quem jurou ao povo a Nova República?

Com votos abertos um ano antes das eleições, pregando Constituinte exclusiva, eleições gerais e diretas em todos os níveis, parlamentarismo, decisões centradas no Congresso, por óbvio e consequência, fim das estatais e ministérios fantasmagóricos, negação definitiva de favores com o dinheiro público, sou coerente.

A maioria decide respeitando. A minoria obedece sendo respeitada.

E a afirmativa é válida, vencendo ou perdendo.

E o PMDB tem mais de 280 votos!

Mendes Ribeiro é constituinte do PMDB pelo Rio Grande do Sul.

ESTADO DE SÃO PAULO
6 NOV 1987